



Comunicado de Imprensa nº 14/502(P)  
PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA  
5 de novembro de 2014

Fundo Monetário Internacional  
Washington, D.C. 20431 EUA

## **Corpo técnico do FMI conclui Missão de Revisão para Moçambique, apela à prudência fiscal, ao crescimento mais inclusivo e à maior transparência do investimento**

O comunicado de imprensa emitido ao término de uma missão contém declarações de equipas do FMI que transmitem as conclusões preliminares após a visita a um país. As opiniões expressas nesta declaração são as do corpo técnico do FMI e não representam necessariamente as opiniões do Conselho de Administração da instituição. Esta missão não será objeto de discussão no Conselho de Administração.

Uma equipa do corpo técnico do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada por Doris Ross, visitou Moçambique entre 22 de Outubro e 6 de Novembro de 2014, para a realização das discussões ao abrigo da terceira avaliação do Programa de Apoio a Políticas (PSI – *Policy Support Instrument*)<sup>1</sup>, com três anos de duração, aprovado em Junho de 2013 (ver Nota de Imprensa No. 13/231). A equipa reuniu-se com S. Exas. o Sr. Presidente eleito, Filipe Nyusi, o Sr. Ministro das Finanças, Manuel Chang, o Sr. Ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereneia, o Sr. Governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove, outros ministros, altos-quadros do governo, com o sector privado, a sociedade civil e parceiros de desenvolvimento. Reuniu-se igualmente com os candidatos presidenciais dos três principais partidos políticos. A equipa deslocou-se a Tete, onde se reuniu com o Sr. Governador Paulo Auade e tomou conhecimento dos principais desafios económicos com que se defronta uma região que exemplifica a importância de desenvolver as indústrias extractivas criando, simultaneamente, empregos e oportunidades económicas para a população, incluindo na área da agricultura.

No final da sua visita, a Sr.<sup>a</sup> Ross emitiu a seguinte declaração:

“O desempenho económico de Moçambique permanece robusto. O crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) está projectado em 7,5 por cento, em 2014 e 2015, reflectindo

<sup>1</sup> PSI é um instrumento do FMI concebido para países que não necessitam de apoio financeiro a sua balança de pagamentos. O PSI ajuda os países a desenharem programas económicos efectivos que, uma vez aprovados pelo Conselho Executivo do FMI, sinalizam aos doadores, aos bancos de desenvolvimento multilaterais, e aos mercados, a subscrição do FMI as políticas de um país membro (veja see <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/psi.htm>). Detalhes sobre o programa PSI de Moçambique estão disponíveis em <http://www.imf.org/mozambique>.

uma forte actividade em todos os sectores, particularmente nas indústrias extractivas, construção, transportes e comunicações, comércio e serviços financeiros. Recentemente, os riscos que se colocam a esta perspectiva aumentaram, de certa forma, com o declínio do preço dos produtos primários nos mercados mundiais, particularmente do carvão, e com a incerteza relativa aos grandes projectos de Gas Natural Liquefeito (GNL). Embora as receitas de vulto associadas aos recursos naturais se encontrem ainda a 6-10 anos de distância, é necessário envidar esforços para implementar os dispositivos e capacidades institucionais adequadas para fazer face aos grandes e novos desafios associados a este sector e à promessa que ele encerra para o país.

“A inflação permanece bem contida graças ao aumento da produção interna de alimentos e ao declínio dos preços das importações. A inflação média situou-se em 1,4 por cento em Setembro, substancialmente abaixo da do período homólogo do ano anterior, esperando-se que permaneça abaixo de 3 por cento para o ano de 2014 no seu todo. O défice da balança de transacções correntes é grande devido às importações para os grandes projectos de investimento financiados por investimento estrangeiro directo (IDE). A cobertura das reservas internacionais aparenta ser, em geral, adequada.

“O desempenho recente ao abrigo do programa é misto. A missão instou as autoridades a intensificarem a implementação de reformas estruturais fundamentais, em especial na área de gestão das finanças públicas (GFP), do sistema financeiro e do desenvolvimento de mercado. Uma concentração de esforços no desenvolvimento de infra-estruturas rurais e mais melhorias no ambiente de negócios devem contribuir para tornar o crescimento mais inclusivo através do reforço da produtividade agrícola e da criação de empregos no sector privado.

“Relativamente às políticas económicas para o resto de 2014 e para 2015, a equipa do corpo técnico e as autoridades acordaram quanto à necessidade de manter os esforços da receita e de abrandar o crescimento da despesa pública, incluindo a dos salários da função pública, bens e serviços e investimento, melhorando simultaneamente a eficiência dos gastos, de modo a preservar a sustentabilidade de dívida a médio prazo. Enquanto por um lado o orçamento de 2015 começará a estreitar o défice fiscal, tal será conseguido de forma a proteger a despesa social em áreas como a saúde básica e educação, e programas de assistência social.

“As autoridades estão apropriadamente comprometidas em (i) fortalecer mais a sua gestão dos recursos públicos, incluindo através de adopção de uma regra orçamental para melhor gerir a receita extraordinária, (ii) reforçar a transparência e eficiência do investimento público e (iii) fortalecer a gestão das empresas públicas e publicar os relatórios anuais auditados das maiores delas, incluindo a Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM). À medida que os desafios económicos se tornam mais complexos, as autoridades devem

continuar a reforçar os seus instrumentos para monitorizar e orientar os desenvolvimentos macroeconómicos.

“O empenho do Banco de Moçambique em manter o crescimento monetário sob controlo é bem-vindo e contribuirá para moderar a recente expansão rápida do crédito para níveis mais prudentes. A taxa de juro real em Moçambique é ainda elevada comparativamente aos padrões internacionais, e as reformas deverão resolver os factores estruturais subjacentes para tornar os mercados financeiros mais flexíveis e, assim, reduzir o custo do crédito.

“Após o seu regresso a Washington D.C., a equipa irá elaborar um relatório que, no seguimento de aprovação pela direcção, está programado para discussão pelo Conselho Executivo no início de Janeiro de 2015.

“Gostaríamos de agradecer às autoridades pelas construtivas discussões em torno das políticas ao longo deste período de transição política e pela sua calorosa hospitalidade.”